



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Contratação de um integrador de serviços (*Cloud Broker*) para prover acesso à plataforma de computação na nuvem Google Cloud Platform visando os serviços de infraestrutura para orquestração de containers com Kubernetes - Google Kubernetes Engine, ferramentas para aplicativos (Firebase), integração com mapas e localização - Google Maps, banco de dados relacional Postgresql, serviço anti spam Recaptcha e, por fim, a plataforma de inteligência artificial generativa. A contratação deve se dar na forma de créditos consumíveis por demanda. Poderá ocorrer o consumo de outros serviços não incluídos neste documento, desde que contidos no mesmo catálogo do provedor de nuvem e que o custo seja calculado na forma de créditos.

### 2. Fundamentação da Contratação

A contratação deve seguir as diretrizes descritas no Estudo Técnico Preliminar de contratação do Google Cloud Platform, conforme demanda da Coordenadoria de Soluções Corporativas formalizada no PAE 7.229/2024.

### 3. Descrição da solução

Contratação de um integrador de serviços (*Cloud Broker*) para prover acesso à plataforma de computação na nuvem Google Cloud Platform. A contratação deve ser oferecida por créditos consumíveis por demanda - de acordo com as necessidades definidas pela instituição - incluindo o serviço de suporte.

As estimativas de quantidade foram realizadas tendo em vista a experiência prévia dos técnicos em recursos similares disponíveis na própria estrutura interna da empresa e também no histórico de projetos suportados em serviços em nuvem do Google. Os itens serviram para compor os cálculos para estimativa de valores obtidos na calculadora de custos do Google, no endereço: <https://cloud.google.com/products/calculator>.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PRODUTO/SERVIÇO	ESTIMATIVA
Google Kubernetes Engine	<ul style="list-style-type: none"><li>Cluster kubernets com 3 nós (4 VCPUS e 10GB de RAM)</li><li>Backup 500Gb, 30 dias de retenção</li></ul>
Google Cloud Storage	<ul style="list-style-type: none"><li>Armazenamento de dados de 1TB Standard</li></ul>
Google Cloud Engine (GCE)	<ul style="list-style-type: none"><li>Uma máquina virtual com Imagem Free, 4 VCPU, 15 GB RAM e 50GB disco de boot</li></ul>
Google Firebase	<p>Cloud Firestore</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Armazenamento: 100 Gb</li><li>Gravações: 15 milhões</li><li>Leituras: 30 milhões</li><li>Exclusões: 15 milhões</li></ul> <p>Realtime Database</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Armazenamento: 3 Gb</li><li>Transferência: 10 Gb</li></ul> <p>Autenticação</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Usuários ativos: 50000 por mês</li></ul> <p>Cloud Functions</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Invocações: 10 milhões</li><li>Memória: 1 milhão Gb / segundo</li><li>CPU: 500000 segundos</li><li>Rede (saída): 15 Gb</li><li>Cloud build: 300 minutos</li><li>Armazenamento de containers: 10000 Mb</li></ul> <p>Hosting</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Armazenamento: 50 Gb</li><li>Transferência: 50 Gb</li></ul> <p>Test Lab</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Test dispositivo virtual: 1h por dia (12 testes)</li><li>Test dispositivo físico: 30m por dia (6 testes)</li></ul> <p>Firebase ML</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Chamadas à api: 1000 por mês</li></ul> <p>Backup</p> <ul style="list-style-type: none"><li>50Gb</li></ul>
Google Maps	<ul style="list-style-type: none"><li>85000 de acessos por ano</li></ul>
PostgreSQL	<ul style="list-style-type: none"><li>CPU: 2</li><li>Memória: 7,5 Gb</li><li>Backup: 1Gb</li></ul>
Plataforma IA Generativa	<ul style="list-style-type: none"><li>13000 requisições por mês</li></ul>
Recaptcha	<ul style="list-style-type: none"><li>1,5 milhões de acessos por mês</li></ul>
Serviço de suporte	<ul style="list-style-type: none"><li>12 meses</li></ul>

### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar encontra-se nos autos do PAE n. 7.229/2024.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

### 3.3. Códigos SIASG

Os códigos constantes no catálogo de serviços dos órgãos públicos aplicáveis ao objeto da contratação são:

- 26050 - Infraestrutura como serviço - IAAS

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1. Requisitos de negócio

REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
1. O objeto contratado deve atender às expectativas da demanda do item 26 do Anexo II do Plano de Contratações de TIC Anual 2024.	Assegurar o alcance dos objetivos da contratação e o atendimento dos planos estratégicos do Tribunal.
2. A contratação deve disponibilizar solução que promova a agilidade e inovação corporativa na instituição.	Promover a utilização de nuvens computacionais que auxiliem a produtividade das equipes e otimização de recursos.
3. A contratação deve buscar soluções que não onerem a infraestrutura de TI e os custos do atual parque tecnológico on-premises.	Possibilitar a redução dos custos orçamentários para a aquisição e renovação de licenças de software e equipamentos de hardware.
5. A contratação deve procurar soluções que ampliem a capacidade de processamento, armazenamento e disponibilidade das aplicações da instituição.	Oferecer espaço de processamento e armazenamento de dados em nuvem e disponibilidade de acesso, preparando a instituição para a transformação digital, ao mesmo tempo em que mitiga a necessidade futura de aumento da capacidade dos recursos de software e hardware, e diminui o esforço de gerenciamento e operação pela equipe técnica.
6. A contratação deve considerar aspectos que podem promover o compartilhamento e colaboração de informações entre o TRE-SC e outras instituições parceiras, como o benefício da adoção de solução utilizada em outros órgãos federais similares.	Incentivar a troca de informações entre o TRE-SC e outros órgãos públicos, no que diz respeito ao compartilhamento de dados e à colaboração dos órgãos que utilizam a mesma solução, em questões relativas à utilização da solução, às boas práticas, ao suporte e ao aprendizado mútuo.
7. A contratação deve ser oferecida na forma de inscrição em serviços e ou planos, ou por créditos consumíveis por demanda, de acordo com as necessidades definidas pela instituição.	Visar a otimização e economia financeira e operacional, observando os requisitos específicos do setor público, bem como as leis e regulamentos aplicáveis.

### 4.2. Requisitos de capacitação

REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
------------	---------------



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. A contratação deve considerar aspectos que podem impactar na adoção da solução pelos usuários, como a curva de aprendizagem da solução.	Diminuir o tempo de adaptação e adoção da nova ferramenta, bem como reduzir os custos de capacitação.
2. A solução deve disponibilizar tutoriais e outros documentos técnicos de suporte à operação e utilização dos recursos das ferramentas da solução.	Permitir que o próprio usuário possa, de modo autoinstrucional, localizar informações e tirar dúvidas sobre os recursos e sobre a operação das ferramentas da solução.
3. A capacitação deve incluir conteúdo sobre ferramentas administrativas, como: relatórios de consumo de recursos, relatórios de custos, ferramentas de gerenciamento de permissões e outras.	Permitir a equipe do tribunal ter controle sobre a gestão das ferramentas, bem como do contrato.

### 4.3. Requisitos legais

REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
1. A solução deve possuir políticas de tratamento de dados em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (LGPD).	Observar a legislação brasileira referente à proteção de dados.
2. Todo tratamento contratual deverá ser intermediado por um Integrador de Serviços de Nuvem (Cloud Broker), qualificado como representante legal do provedor de nuvem.	Os contratos entre organizações públicas e provedores de nuvem geralmente são estabelecidos para governar a prestação de serviços em nuvem e definir os termos e condições sob os quais a parceria ocorrerá. Esses contratos têm a finalidade de proteger os interesses de ambas as partes e garantir a conformidade com as leis, regulamentos e políticas governamentais, incluindo os elementos: <ul style="list-style-type: none"><li>• Escopo do serviço;</li><li>• Níveis de serviço;</li><li>• Segurança e privacidade;</li><li>• Propriedade e controle dos dados;</li><li>• Responsabilidade civil;</li><li>• Auditoria e conformidade;</li><li>• Rescisão e continuidade dos serviços.</li></ul>
3. Os dados armazenados pelo provedor de nuvem devem residir em uma estrutura física localizada no Brasil.	Como a Justiça Eleitoral mantém informações pessoais dos eleitores, candidatos eleitorais, partidos, processos judiciais, entre outros, toda a informação deve ser hospedada em empresas localizadas no Brasil. Em nenhuma hipótese as informações podem ser transferidas ou copiadas para outro país.

### 4.4. Requisitos de garantia e manutenção



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
1. A solução deverá contar com suporte técnico do provedor durante toda a duração do contrato.	Assegurar que haja apoio técnico especializado capacitado para suporte a questões relativas aos serviços do provedor da nuvem.
2. A solução deverá contar com canal de suporte com acesso 24 horas por 7 dias, através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e/ou Internet, para abertura de chamados técnicos.	Permitir a abertura de chamados para resolução de problemas técnicos na operação da solução, esclarecimento de dúvidas ou dificuldade dos técnicos, e outros assuntos relativos à solução contratada.

### 4.5. Requisitos temporais

REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
1. A solução deve ser contratada por período mínimo de 12 (doze) meses.	Possibilitar um prazo mínimo viável para verificação, pelos técnicos, do atingimento dos objetivos da contratação.
2. Após o encerramento do contrato, a empresa contratada deve garantir a disponibilidade e o acesso aos serviços, bem como assegurar a integridade dos dados do TRE-SC, por até 90 (noventa) dias. Após este prazo e sob autorização da contratante, a contratada deverá excluir permanentemente todos os dados.	Assegurar a continuidade dos dados após o encerramento contratual, bem como a segurança da informação pela exclusão dos dados armazenados no provedor dos serviços em nuvem, após a salvaguarda pelo TRE-SC em ambiente sob seu controle.

### 4.6. Requisitos de segurança

REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
1. A solução deve permitir autenticação de dois fatores.	Possibilitar a verificação do usuário em duas etapas, criando uma barreira a mais na proteção das contas contra acessos não autorizados.
2. A solução deve possuir tecnologia de prevenção contra perda de dados (DLP), protegendo as aplicações e dados.	Mitigar vazamentos de dados e informações pelas ferramentas.
3. A solução deve possuir central de alertas de segurança.	Possibilitar a rápida tomada de providências pela equipe técnica da instituição.
5. A empresa prestadora dos serviços em nuvem deve observar a Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), estando de acordo com o Termo de Compromisso com a Segurança da Informação.	Garantir que haja observância dos princípios norteadores da PSI-JE: integridade, autenticidade, confidencialidade, disponibilidade e irretratabilidade dos ativos de informação e de processamento.
6. A solução deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013.	Garantir que a solução possua requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7. A solução deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27017:2016.	Garantir que a solução possua controles de segurança da informação aplicáveis à prestação e utilização de serviços em nuvem.
8. A solução deve estar em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27018:2021.	Garantir que a solução possua controles e diretrizes comumente aceitos para implementação de medidas para proteção de dados pessoais, de acordo com uma estrutura de privacidade descrita na ABNT NBR ISO/IEC 29100, para o ambiente de computação em nuvem pública.
9. O acesso aos serviços em nuvem deve ser baseado em protocolo HTTPS, acessível pelos navegadores Firefox e Chrome, em versão atualizada.	Adicionar mais uma camada de proteção, visando uma comunicação segura entre os dispositivos da contratante e os servidores em nuvem.

### 4.7. Requisitos técnicos

REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
1. Toda a solução deve ser entregue sob o modelo de serviços em nuvem como: “infraestrutura como serviço” (IaaS - <i>Infrastructure as a Service</i> ), “plataforma como serviço” (PaaS - <i>Platform as a Service</i> ), “software como serviço” (SaaS - <i>Software as a Service</i> ) e “função como serviço” (FaaS - <i>Function as a Service</i> ) no qual podem ser contratadas assinaturas (subscrições) de um ou mais planos de serviço ou de créditos que são consumidos por demanda. Os serviços são acessados via Internet, são processados e armazenados na infraestrutura fornecida pelo provedor dos serviços em nuvem, ficando o TRE-SC responsável apenas pelo provimento do acesso à Internet.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dispensar a necessidade de manter ambiente para operação e gerenciamento de aplicações;</li><li>• Evitar a aquisição de hardware para hospedar os sistemas, armazenar os dados e prover a rede de dados;</li><li>• Oferecer suporte ao trabalho remoto e modernizar as práticas de trabalho por meio da adoção de serviços em nuvem;</li><li>• Promover a transformação digital;</li><li>• Oferecer aos técnicos do TRE-SC ferramentas modernas e constantemente atualizadas, com direito a suporte técnico e outros serviços associados;</li><li>• Mitigar falhas e indisponibilidades dos serviços por manutenção no data center do TRE-SC, além de outros riscos como a falta de capacidade de expansão.</li></ul>
2. A solução deve disponibilizar os seguintes itens em conformidade com as aplicações e serviços já existentes no TRE-SC:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir o atendimento mínimo das demandas e dos recursos esperados pela instituição, visando a otimização da produtividade das equipes do Tribunal e economia de recursos;</li><li>• Permitir a operação das aplicações já desenvolvidas nas quais fazem uso dos serviços descritos;</li><li>• Reaproveitar a capacitação e conhecimento técnico das equipes envolvidas;</li><li>• Possuir integração com o sistema móvel Android presente nos celulares empregados nas unidades da corporação;</li><li>• Manter a qualidade dos serviços já testados e em produção;</li><li>• Primar pela segurança da informação em todos os seus aspectos.</li></ul>
2.1. Google Kubernetes Engine	O Kubernetes é projetado como um sistema distribuído, composto por vários componentes interconectados,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>como o servidor mestre e os servidores de trabalho. Cada componente desempenha um papel específico e precisa ser configurado corretamente para garantir o funcionamento adequado do todo ambiente (cluster). Gerenciar essa arquitetura distribuída requer conhecimento sobre como cada componente se integra e opera em conjunto. Embora o Kubernetes seja uma ferramenta poderosa e altamente escalável, sua implantação requer um entendimento profundo dos conceitos e práticas correlacionadas. Quando em nuvem, o Kubernetes agrega facilidades como: Escalabilidade, alta disponibilidade, gerenciamento simplificado e integração com outros serviços em nuvem.</p>
2.2. Google Compute Engine	<p>O Google Cloud Engine (GCE) é uma plataforma gerenciada que fornece um ambiente confiável, escalável e seguro para executar aplicativos. Ele oferece uma ampla gama de serviços, incluindo computação, rede e armazenamento.</p>
2.3. Google Firestore	<p>É um serviço de banco de dados NoSQL (Non-relational SQL) oferecido pelo Google Cloud Platform. Permite armazenar documentos de forma flexível, escalável e gerenciável. O Firestore é projetado para ser utilizado em aplicativos web, móveis e em outras plataformas. Atualmente, é usado por aplicações do TRE-SC para o sistema Android e a equipe técnica já possui conhecimento consolidado na ferramenta.</p>
2.3.1. Google Functions	<p>É um serviço de computação sem servidor oferecido pelo Google Cloud Platform que permite a execução de código em resposta a eventos específicos, sem precisar se preocupar com a infraestrutura subjacente. Objetiva facilitar o desenvolvimento e a implantação de pequenas funções autônomas que respondem a eventos e processam cargas de trabalho. Permite ao TRE-SC economia de recursos para o processamento de tarefas específicas e tem a vantagem de ser integrado com outros serviços como o Firestore, na mesma nuvem.</p>
2.3.2. Firebase Authentication	<p>É um serviço que permite adicionar recursos de autenticação e gerenciamento de identidade aos aplicativos. Ele suporta vários métodos de autenticação, como e-mail/senha, telefone e provedores de terceiros. O serviço oferece segurança robusta, integração fácil com outros serviços Firebase. Este recurso está sendo empregado nos aplicativos do TRE-SC e que possuem uma autenticação definida. É importante pois possibilita identificar com precisão e segurança os usuários de um aplicativo.</p>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.3.3. Firebase App Check	<p>É um serviço fornecido pelo Firebase que ajuda a proteger os aplicativos contra o uso abusivo e fraudulento. Ele oferece uma camada adicional de segurança para garantir que apenas solicitações autênticas e legítimas sejam feitas aos recursos do aplicativo.</p> <p>Ele utiliza técnicas de verificação de integridade para proteger o back-end do aplicativo contra solicitações não autorizadas ou maliciosas e ajuda a impedir o acesso não autorizado, a proteger os recursos do aplicativo e a evitar abusos, como scraping, bots ou ataques de força bruta.</p> <p>Funciona em conjunto com outros serviços Firebase, como o Firebase Authentication e o Firestore, para garantir que apenas usuários autenticados e aplicativos confiáveis tenham acesso aos recursos. Como a instituição mantém dados sensíveis, é imprescindível garantir que seus sistemas possuem todas as garantias de segurança.</p>
2.3.4. Firebase Remote Config	<p>Permite definir variáveis de configuração no console do Firebase e recuperar essas configurações no aplicativo. Isso possibilita alterar o comportamento do aplicativo em tempo real, ajustando configurações sem a necessidade de lançar uma nova versão. Este também é um recurso empregado nas aplicações do TRE-SC.</p>
2.3.5. Google Hosting	<p>É um serviço de hospedagem de sites e aplicativos fornecido pelo Google Cloud Platform. Ele oferece escalabilidade, confiabilidade e segurança avançada para garantir um desempenho rápido e uma alta disponibilidade. Também se integra facilmente com outros serviços do Google Cloud com custos flexíveis e pagamento por uso. Algumas ferramentas administrativas das aplicações da instituição possuem páginas acessíveis pela internet.</p>
2.3.6. Cloud Storage	<p>É um serviço de armazenamento de objetos. Armazena quantidades massivas de dados, escalando automaticamente para atender às necessidades do negócio. Oferece recursos avançados de segurança, incluindo criptografia de dados em repouso e em trânsito, além de controles de acesso granulares. Permite acesso rápido aos dados de qualquer lugar do mundo, com baixa latência. Integra-se perfeitamente com outros serviços do Google Cloud Platform, como Compute Engine, BigQuery e Machine Learning, facilitando o desenvolvimento de aplicativos complexos. Suporta uma variedade de tipos de dados e formatos de arquivos, incluindo objetos, blobs e arquivos não estruturados.</p>
2.3.7. Firebase ML	<p>Trata-se de um serviço da plataforma Firebase que oferece recursos de machine learning (ML) para desenvolvedores. Oferece APIs simples e prontas para uso, permitindo a integração rápida de recursos de ML em aplicativos.</p>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>Suporta reconhecimento de texto, objetos, rostos e outras características visuais em imagens. Processa linguagem natural (NLP) com análise de sentimento, tradução de texto, identificação de entidades e outras tarefas de processamento de texto. É capaz de treinar modelos de ML personalizados usando dados próprios do aplicativo. Permite combinar recursos de ML com outros serviços Firebase, como autenticação de usuário, armazenamento em nuvem e análise de dados.</p>
2.3.8. Firebase Realtime Database	<p>É um banco de dados NoSQL hospedado na nuvem, parte da plataforma Firebase, projetado para desenvolver aplicativos em tempo real. Os dados são sincronizados em tempo real entre todos os clientes conectados, permitindo uma experiência colaborativa. Utiliza uma estrutura de dados JSON para armazenar e sincronizar dados, o que simplifica a integração com aplicativos e facilita a manipulação dos dados. Gerencia automaticamente a infraestrutura garantindo escalabilidade conforme a demanda do aplicativo. Permite definir regras de segurança personalizadas para controlar quem pode acessar e modificar os dados, garantindo a segurança e a integridade dos dados. Pode ser combinado facilmente com outros serviços Firebase, como autenticação de usuário, análise de dados e notificações por push.</p>
2.3.9. Firebase Test Lab	<p>É um serviço de teste de aplicativos móveis. Oferece a capacidade de executar testes automatizados em dispositivos reais e virtuais, garantindo a qualidade do aplicativo em diferentes configurações de dispositivos. Suporta testes em aplicativos para Android e iOS, permitindo que desenvolvedores testem seus aplicativos em uma variedade de dispositivos. Permite a execução de testes de interface do usuário (UI) para verificar a funcionalidade e a aparência do aplicativo em diferentes resoluções de tela. Fornece relatórios detalhados sobre os resultados dos testes, incluindo capturas de tela e logs, para ajudar os desenvolvedores a identificar e corrigir problemas. Os testes são executados na infraestrutura de nuvem do Google, permitindo que os desenvolvedores realizem testes escaláveis e confiáveis sem a necessidade de configurar e gerenciar sua própria infraestrutura de teste.</p>
2.4. Google Maps	<p>É um conjunto de serviços e bibliotecas fornecidos pelo Google que permite integrar mapas interativos, informações de localização e recursos relacionados aos aplicativos. Também permite que os desenvolvedores incorporem mapas personalizados, marquem pontos de interesse, rotas e outros recursos. Atualmente, o serviço do Google Maps está em uso pelos aplicativos do TRE-SC</p>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	e a mudança da ferramenta de mapas implica e custos para readequação dos projetos e tempo adicional.
2.5. PostgreSQL	É um sistema de gerenciamento de banco de dados relacional (RDBMS) de código aberto e poderoso. Ele é amplamente conhecido por sua confiabilidade, robustez e recursos avançados. Suporta a maioria dos recursos padrão de um RDBMS, como consultas SQL, transações ACID (Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade), integridade referencial, chaves estrangeiras e gatilhos. Trata-se de uma ferramenta de conhecimento da equipe, empregada em algumas soluções da corporação e recomendada pelas instituições públicas por não possuir custo de licenciamento. O serviço deve ser oferecido na mesma nuvem, Google Cloud, para facilitar o gerenciamento, integração e segurança com as demais soluções.
2.6. Plataforma IA generativa	É uma plataforma que facilita o acesso à inteligência artificial (IA), ao machine learning e a IA generativa, permitindo que desenvolvedores e cientistas de dados criem, implementem e escalem modelos de IA com eficiência e menos esforço operacional, integrando todo o ciclo de vida do desenvolvimento de IA em uma única plataforma. Simplifica o gerenciamento de infraestruturas e processos. Permite acelerar o desenvolvimento de IA, reduzindo a complexidade e o tempo de lançamento de modelos.
2.7. Recaptcha	É uma tecnologia de segurança desenvolvida pelo Google que visa proteger sites contra spam e abusos. Ele é projetado para distinguir entre humanos e bots, exigindo que os usuários realizem uma ação específica para provar que são humanos.
3. Confluência de serviços na mesma nuvem computacional	<p>A contratação tem como diretriz que a solução seja fornecida por um único provedor visando benefícios como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Gerenciamento simplificado: Ter vários serviços na mesma nuvem simplifica o gerenciamento e a administração. Em vez de lidar com várias plataformas e ambientes, os recursos e serviços podem ser controlados centralmente por meio de uma única interface ou painel de controle. Isso economiza tempo, esforço e recursos de gerenciamento;</li><li>● Economia de custos: Ao consolidar vários serviços em uma única nuvem, é possível obter economias significativas de custos. Aproveitar os recursos compartilhados e os modelos de precificação flexíveis da nuvem pode reduzir despesas operacionais;</li><li>● Integração e interoperabilidade: Alocar vários serviços na mesma nuvem facilita a integração entre eles. Recursos,</li></ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>dados e serviços podem ser compartilhados e interconectados com mais facilidade, permitindo a criação de soluções mais complexas e interdependentes. Isso pode levar a um melhor desempenho, eficiência e colaboração entre os serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Segurança e conformidade: Embora possa haver preocupações de segurança ao compartilhar a mesma nuvem para vários serviços, provedores de nuvem confiáveis geralmente oferecem recursos avançados de segurança, como criptografia, autenticação, firewall e monitoramento constante. Além disso, a nuvem pode facilitar a conformidade com regulamentações específicas, fornecendo ferramentas e recursos para auditar, rastrear e proteger dados sensíveis;</li><li>● Aproveitamento de recursos adicionais: Ao manter vários serviços na mesma nuvem é possível aproveitar recursos adicionais fornecidos pelo provedor de nuvem, como ferramentas de monitoramento e gerenciamento de desempenho.</li></ul>
--	---

### 5. Modelo de execução do objeto

#### 5.1. Prazos

A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços, entregando os respectivos acessos e repasse de conhecimento, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do contrato assinado pelo representante do TRE-SC.

#### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Todas as comunicações eletrônicas relacionadas aos serviços contratados serão enviadas para os endereços [csc-seasi@tre-sc.jus.br](mailto:csc-seasi@tre-sc.jus.br) e [csc-gab@tre-sc.jus.br](mailto:csc-gab@tre-sc.jus.br).

#### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

#### 5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

#### 5.5. Garantia do objeto

O provedor dos serviços deve oferecer no mínimo as seguintes garantias:

- Disponibilidade do serviço de 99% ou superior;
- Diferentes níveis de suporte técnico, disponível 24 horas por 7 dias;
- Tempo inicial de resposta à incidentes críticos, que inviabilizam o uso de um serviço, de no máximo 1 hora;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Tempo inicial de resposta à incidentes graves, que prejudicam severamente o uso de um serviço, de no máximo 4 horas;
- Tempo inicial de resposta aos demais incidentes, aqueles não classificados como críticos ou graves, de no máximo 8 horas;
- Implementar medidas rigorosas de segurança para proteção dos dados;
- Oferecer escalabilidade e desempenho confiáveis, permitindo dimensionar seus recursos para atender às demandas de carga de trabalho.

### 5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data da assinatura, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2023.

### 5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório.

5.7.2. Promover, por meio da equipe designada no subitem 6.2, a gestão do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

### 5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. iniciar a prestação dos serviços, entregando os respectivos acessos e repasse de conhecimento, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do contrato assinado pelo representante do TRE-SC;

5.8.3. seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor do contrato, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, acesso aos sistemas ou serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.8.4. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

5.8.5. responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, suas ações causarem a terceiros ou à Contratante, devendo ser descontado do pagamento devido à Contratada o valor correspondente aos prejuízos causados, conforme o caso;

5.8.6. respeitar as normas de conduta e integridade da Contratante, primando sempre pelos princípios e valores descritos, responsabilizando-se pela orientação de seus profissionais para sua observância e integral respeito nas relações estabelecidas;

5.8.7. respeitar as orientações e normas de controle de segurança da Informação da Contratante;

5.8.8. manter sigilo e a inviolabilidade das informações, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, de todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

5.8.9. responsabilizar-se pela manutenção corretiva em garantia e o direito de atualização dos softwares, pelo período descrito no Termo de Referência;

5.8.10. disponibilizar canal de atendimento, com acesso 24 horas por 7 dias, através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e/ou Internet, para realização de requisições de execução de serviço ou resolução de dúvidas conforme descrito no Termo de Referência;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da Contratante, referentes a qualquer dúvida e ou problema detectado, ou ao andamento de atividades previstas;

5.8.12. Detalhar, documentar e repassar, conforme orientação e interesse da Contratante, todo o conhecimento técnico utilizado na execução dos serviços contratados;

5.8.13. Atuar como intermediária entre a Contratante e o provedor de nuvem, gerenciando com o provedor todas as questões administrativas e ou comerciais que surjam durante a prestação dos serviços de nuvem.

### **5.9. Transferência de conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.10. Direitos autorais**

Todos os recursos criados ou desenvolvidos na nuvem como parte deste contrato serão considerados propriedade exclusiva da contratante.

A atribuição dos direitos autorais inclui, mas não se limita a, qualquer código-fonte, design, documentação, arte gráfica, scripts, configurações de sistema, e quaisquer outros materiais ou recursos criados durante a execução deste contrato.

A contratante terá o direito exclusivo de usar, modificar e distribuir os recursos criados, sem restrição, para quaisquer fins, conforme julgar apropriado.

A atribuição de direitos autorais deve sobreviver à rescisão ou expiração deste contrato.

### **5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução**

Não se aplica a esta contratação.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.1. Gestor de contrato**

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Coordenadoria de Soluções Corporativas
Fiscal técnico	Seção de Administração de Sistemas
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

### 6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será realizado pela equipe designada no subitem 6.2.

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

## 7. Critérios de medição e de pagamento

A medição de consumo de créditos dos serviços prestados, incluindo as taxas de consumo de recursos computacionais, armazenamento e transferência de dados e quaisquer outros serviços, será fornecida pelo próprio provedor. O valor a ser faturado deverá estar expresso em reais, incluir todos impostos e taxas, e aplicar o desconto acordado com a contratada sobre os preços praticados pelo provedor da solução.

## 8. Reajuste ou repactuação

Não se aplica a esta contratação, uma vez que se trata de contrato por percentual de desconto aplicado sobre tabela de preços oficial do prestador dos serviços.

## 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

### 9.1. Parcelamento e adjudicação

Para subscrições em planos ou créditos para uso por demanda a serem contratados entende-se economicamente inviável o parcelamento do objeto, uma vez que os serviços fornecidos são integrados e compõem uma única solução de TI, sendo que seu parcelamento poderia gerar riscos à continuidade e/ou qualidade dos serviços, dificultando a gestão dos problemas em diferentes plataformas. Ocorre que o raciocínio de parcelamento ou adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

da pretensão contratual, em alguns casos, pode prejudicar a economia de escala e gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

O Tribunal de Contas da União já entendeu que seria legítima a reunião de elementos de mesma característica, quando a adjudicação de itens isolados “onerar o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual” (Acórdão 5301/2013 Segunda Câmara. Rel. Ministro André Luís de Carvalho).

Os serviços que compõem o objeto desta contratação são um conjunto indissociável, de mesma natureza e relação entre si, o que torna seu parcelamento em itens técnica e economicamente inviável. A adjudicação dos itens a empresas distintas, além de aumentar seu custo administrativo, poderia trazer prejuízos à qualidade e à unidade dos serviços prestados, na medida em que eventuais falhas de um contrato poderiam ser por ele imputadas às atividades desenvolvidas por outro, dificultando a atividade fiscalizadora da administração pública e incorrendo em alto risco de indisponibilidade da solução que é de extrema importância para o TRE-SC.

Ainda, o agrupamento não comprometerá a competitividade do certame, tendo em vista a existência no mercado de número suficiente de fornecedores para executar o objeto em sua totalidade.

### 9.2. Seleção do fornecedor

O licitante vencedor será aquele que fornecer o maior desconto linear total, em percentual, a ser aplicado sobre todo e qualquer recurso do catálogo de serviços e preços do provedor.

#### 9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica ou econômico-financeira.

#### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

#### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos *prestadores* no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Maior Desconto”.

### 10. Estimativas do valor da contratação

Os valores foram compostos conforme descrito no item 3 deste documento.

PRODUTO/SERVIÇO	ESTIMATIVA	
	Período	
	12 meses	2024
Google Cloud Platform e Serviço de Suporte Técnico	R\$ 101.294,89	R\$ 50.647,44

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de TIC 2024, anexo II, item 27.

### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Não se aplica a esta contratação.

### 11.3. Outros instrumentos

A contratação está alinhada com as seguintes ações estratégicas e iniciativas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2023 e 2024:

**AE11:** Adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem. Seguir as diretrizes propostas pelo CNJ Resolução 335/2020 na adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem, atendendo aos requisitos de segurança da informação e proteção de dados.

**IN07:** Prover serviços de TI na nuvem. Dotar o TRE-SC de infraestrutura adequada ao teletrabalho, com soluções de gerenciamento e operação de aplicações em nuvem.

**IN10:** Incrementar a estrutura de acesso remoto. Melhorar resiliência e disponibilidade da solução de acesso remoto.

## 12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.212.0033.20GP.0042	3.3.90.40	R\$ 50.647,44
Total		R\$ 50.647,44

## 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato].

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.